

Gênero e educação na imprensa paraibana (1964-1966)
Gender and education in the Paraíba press (1964-1966)
Género y educación en la prensa de Paraíba (1964-1966)

Recebido: 01/08/2020 | Revisado: 07/08/2020 | Aceito: 11/08/2020 | Publicado: 15/08/2020

Piêtra Germana Carvalho de Andrade Porpino

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9922-739X>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: pietraporpino@gmail.com

Charliton José dos Santos Machado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4768-8725>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: charlitonlara@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre mulheres, educação e educadoras a partir dos impressos paraibanos de meados da década de 1960. Pretendeu-se analisar o panorama geral da educação do período e identificar a posição e os discursos a respeito da mulher naquela sociedade, em especial das educadoras. A pesquisa documental, alicerçada nas perspectivas da Nova História, utilizou como aporte teórico as discussões sobre o uso da imprensa como fonte histórica e os estudos de gênero. As fontes levantadas foram examinadas segundo o método misto, aliando análises qualitativas e quantitativas. A partir da análise dos documentos investigados, foi possível ter uma visão aproximada do que foi a educação paraibana na década de 1960, marcada pela expansão do ensino secundário e pelos impactos do regime militar. Sobre as mulheres, ao mesmo tempo em que elas eram pouco presentes no periódico investigado, foi identificada a existência de um debate de fundo que questionava as restrições impostas ao feminino. A sub-representação feminina fora de espaços tradicionalmente reservados às mulheres era quebrada pela figura da educadora. Presença constante nos periódicos, as educadoras ao mesmo tempo que sofriam com o peso dos estereótipos de gênero, eram mulheres que se libertavam do confinamento do lar doméstico e conquistavam o espaço público, se engajando em posições de poder e se destacando como intelectuais mediadoras. Figuras importantes para o corpo social, evidenciam a importância

do magistério como estratégia para as mulheres penetrarem em espaços até então restritos ao sexo masculino.

Palavras-chave: História da educação; Imprensa; Mulheres; Educadoras.

Abstract

This article aims to reflect on women, education and female educators from the mid-1960s Paraíba press. It was intended to analyze the general education panorama of the period and to identify the position and discourses about women in that society, especially the female educators. The desk research, based on the New History perspectives, used as a theoretical contribution the discussions on the use of the press as a historical source and the gender studies. The sources were examined using the mixed method, combining qualitative and quantitative analyzes. From the analysis of the investigated documents, it was possible to have an approximate view of what was Paraíba's education in the 1960s, marked by the expansion of secondary education and the impacts of the military regime. Regarding women, at the same time that they were hardly ever present in the investigated periodical, it was identified the existence of a background debate that questioned the restrictions imposed on the female sex. Female underrepresentation outside spaces traditionally reserved for women was broken by the figure of the female educator. Constant presence in the journals, the female educators, while suffering from the weight of gender stereotypes, were women who freed themselves from the confinement of the domestic home and conquered the public space, engaging in positions of power and standing out as intellectuals. Important figures for the social body, the female educators show the importance of teaching as a strategy for women to penetrate spaces hitherto restricted to the male sex.

Keywords: History of education; Press; Women; Female Educators.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las mujeres, la educación y las educadoras desde mediados de la década de 1960. Se pretendía analizar el panorama educativo general del período e identificar la posición y los discursos sobre las mujeres en esa sociedad, especialmente las educadoras. La investigación documental, basada en las perspectivas de la Nueva Historia, utilizó discusiones sobre el uso de la prensa como fuente histórica y los estudios de género como aporte teórico. Las fuentes se examinaron mediante el método mixto, combinando análisis cualitativos y cuantitativos. A partir del análisis de los documentos investigados, se pudo tener una visión aproximada de lo que fue la educación de

Paraíba en la década de 1960, marcada por la expansión de la educación secundaria y los impactos del régimen militar. En cuanto a las mujeres, al mismo tiempo que estuvieron poco presentes en el periódico investigado, se identificó la existencia de un debate de fondo que cuestionaba las restricciones impuestas a las mujeres. La infrarrepresentación femenina fuera de los espacios tradicionalmente reservados a las mujeres se rompió con la figura de la educadora. Presencia constante en los periódicos, las educadoras, aunque sufrieron el peso de los estereotipos de género, fueron mujeres que se liberaron del encierro del hogar doméstico y conquistaron el espacio público, asumiendo posiciones de poder y destacándose como intelectuales mediadoras. Importantes figuras para el cuerpo social, muestran la importancia de la docencia como estrategia para que las mujeres penetren en espacios hasta ahora restringidos a los hombres.

Palabras clave: Historia de la educación; Prensa; Mujeres; Educadoras.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre educação, mulheres e educadoras na Paraíba entre os anos de 1964 e 1966. Essa discussão será empreendida através da análise de publicações sobre educação e de escritos *de* e *sobre* mulheres na imprensa paraibana, mais especificamente no jornal oficial “A União”. A partir da análise das fontes, pretende-se conhecer o panorama educacional do período e identificar a presença e as representações das mulheres no periódico, sobretudo das educadoras. Acredita-se que as fontes levantadas irão enriquecer as discussões a respeito da educação paraibana na segunda metade do século XX e contribuir com a reconstituição da presença feminina na história, evidenciando o caráter contingente das representações de gênero e a resistência das mulheres à medida que se inseriam cada vez mais no espaço público.

Período de intensas transformações sociais e políticas no Brasil, o ano de 1964 é marcado pela radicalização mobilizada por forças políticas antagônicas. Num contexto internacional de Guerra Fria, a afinidade de João Goulart com as esquerdas é lida como “ameaça comunista”, para tanto, seria necessária uma “revolução democrática” para pôr fim a esta ameaça. A “revolução” foi o golpe civil-militar ocorrido em 01 abril de 1964 que instituiu um regime totalitário, conservador e entreguista, que irá se estender por mais de duas décadas. Essas transformações têm profundos impactos na educação brasileira e na trajetória histórica das mulheres, que serão analisadas neste trabalho.

A fonte trabalhada, o jornal oficial “A União”, nos mostra a versão governista e consentida da sociedade paraibana sob o regime militar, o que direciona nossa atenção aos silêncios, às pequenas resistências, à desconfiança contínua. Como diria Martins:

A UNIÃO, ao longo de sua existência tradicional, não tem somente registrado a História, mas sido história também. Vinculada, pelas contingências de sua origem, diretamente aos grupos políticos que ascendem ao poder, esta folha tem sido o documento vivo de todos os governos (...) (1977, p. 57)

A União surge no século XIX, como jornal oficial do Estado da Paraíba e representa, em grande medida, as posições que o poder instituído defende. O jornal contava com 8 páginas e circulava 6 dias por semana. A maior parte das notícias era voltada para política, editais e comunicações oficiais, seus outros elementos eram a seção de esportes, coluna social, crônicas e acontecimentos locais. Suplementos literários não eram fixos, mas apareciam com certa constância, junto das colunas sociais eram os espaços em que as mulheres mais apareciam nos impressos. Riqueza de elementos, pluralidade de vozes e periodicidade fazem dos jornais uma fonte riquíssima para pensar a situação da educação e da mulher na história.

Entretanto, nem sempre os impressos foram um documento histórico reconhecido e valorizado. O alargamento da concepção de fonte histórica veio com a renovação historiográfica encetada pela História Cultural na década de 1980. A proposta de *novos problemas, novas abordagens e novos objetos*¹, não fez aumentar só a possibilidade de fontes, mas também os sujeitos e temas da história. Assim, questões e personagens até então invisibilizados pela história tradicional, como o cotidiano, representações e mulheres, vão para o centro da investigação historiográfica.

A base teórica utilizada nesta pesquisa ainda contou com as discussões sobre gênero, sobretudo as contribuições de Scott (1995) sobre a utilização de gênero como categoria analítica e de Louro (2003) a respeito das representações da figura da mulher educadora. Os debates sobre usos de impressos também foram essenciais para conduzir as análises feitas neste trabalho e foram norteados pelos trabalhos de Souza (2009) e Zicman (1985). Na seção seguinte nos deteremos sobre a mobilização deste aporte teórico na condução da análise dos documentos pesquisados.

¹ Le Goff, J. & Nora, P. (1988). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

2. Fundamentação Teórico-Metodológica

As contribuições da Escola dos Anales e da História Cultural são fundamentais para a efetivação deste trabalho. Ao longo do século XIX e das primeiras décadas do XX predominava na historiografia o paradigma da Escola Metódica e Positivista. Supostamente imparcial e buscando reconstituir o passado “como ele realmente foi”, a história tradicional pretendia remontar episódios políticos e a vida dos “grandes homens”. Isso seria feito a partir de fontes oficiais pretensamente objetivas que refletiriam o passado. Esse pensamento é descreditado pelas reflexões teóricas da Escola dos Anales no início do século XX, a noção de fonte histórica é alargada, a imparcialidade do historiador, questionada, e as temáticas se diversificam.

Esse processo se acentua com a terceira fase dos Anales na década de 1980, em abordagens comumente chamadas de Nova História ou História Cultural. Esse novo pensar e fazer história amplia ainda mais os objetos e fontes históricas e desbrava novos campos de atuação. O subjetivo passa a ser investigado pela ciência histórica, que busca apreender não apenas as estruturas, mas os processos que produzem e reproduzem essas estruturas. Essa renovação é essencial para se captar mais profundamente a realidade social, percebendo os discursos que produzem essa realidade como não-neutros e voltados para impor seus valores e sua dominação (Chartier, 1988).

Muitos desses discursos constroem, perpetuam e fortalecem *realidades* através dos meios de comunicação de massa, dentre os principais nos anos 1960, os jornais. Fonte histórica rechaçada pela história tradicional por ser considerada demasiadamente subjetiva, fragmentária e movida por compromissos e paixões², tem seu potencial finalmente reconhecido a partir da Nova História. Compreender os periódicos como veículos parciais, não limitados a apresentar o que ocorre, mas como agente ativo na seleção, ordenação e narração do que elegem como acontecimento publicável³ é ponto de partida para analisar impressos de forma apropriada.

Os jornais foram encarados neste trabalho seguindo as diretrizes metodológicas de Zicman (1985), que conduz a análise de periódicos em três linhas gerais “atrás”, “dentro” e “em frente” do jornal. “Atrás do jornal” diz respeito a consideração de tudo o que determina a sua construção, os interesses que estabelecem sua linha editorial, a sociedade proprietária, o

² Luca, T. R. (2005) História dos, nos e por meio dos periódicos. In Pinsky, C. B. (Org.) *Fontes Históricas* (pp. 111-154). São Paulo. Contexto.

³ Martins, A. L. (2006) *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP.

corpo de colaboradores. “Dentro do jornal” temos o conteúdo das publicações, o destaque dado a elas, como certos acontecimentos são abordados ou silenciados. E “em frente jornal” seria o público-alvo das notícias e escritos, a audiência a quem aqueles textos selecionados se direcionam.

Por fim, deve-se ter em mente o caráter dialógico dos discursos escritos, ou seja, como é “parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio” (Souza, 2009, p. 3). O jornal deve ser encarado como um espaço que apresenta o diálogo entre jornalistas, leitores e o contexto como um todo, com a participação ativa do periódico como formador de opinião.

A partir dele, é possível ter um vislumbre de como as mulheres eram enxergadas pela sociedade da época e como reagiam a esses olhares. Será feito uso da categoria analítica “gênero” para marcar “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Tendo em mente que:

Trata-se de um terreno que parece fixo, mas cujo significado é contestado e está em fluxo. Se tratamos a oposição entre homem e mulher como problemática e não como conhecida, como algo que é contextualmente definido, repetidamente construído, então devemos constantemente perguntar não apenas o que está em jogo em proclamações ou debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas de gênero estão sendo invocadas ou reinscritas. (Scott, 1995, p. 93)

Como instituição social, o ambiente escolar se transforma historicamente e é constituído por gêneros (Louro, 2003). No Brasil, a segunda metade do século XIX é ponto de partida para o processo de “feminização do magistério”. A docência passa por um processo de ressignificação que valoriza qualidades “femininas” ligadas a religiosidade e a maternidade, o amor, a dedicação e a vigilância, enquanto a figura masculina na educação é relacionada ao conhecimento e a autoridade. Como endossa Perrot (2007, p. 123):

A maioria dos empregos que elas (as mulheres) ocupam são marcados pela persistência de um caráter doméstico e feminino: importância do corpo e das aparências; função das qualidades ditas femininas, dentre as quais as mais importantes são o devotamento, a prestimosidade, o sorriso, etc.

À mulher estava reservado o ensino primário, o cuidado maternal com as crianças, já o ensino secundário e superior, espaços ligados a produção do conhecimento e a administração

de questões educacionais ainda eram dominados por homens. As “dóceis professorinhas” tornam-se predominantes na educação básica, esse movimento pode ser analisado de duas perspectivas. A primeira, que destaca os limites deste “avanço” é abordada por Vianna (2001, p. 90):

(...) o sexo da docência se articula com a reprodução de preconceitos que perpetuam práticas sexistas. O processo de feminização do magistério associa-se às péssimas condições de trabalho, ao rebaixamento salarial e à estratificação sexual da carreira docente, assim como a reprodução de estereótipos por parte da escola.

Mas ao mesmo tempo, a feminização do magistério se liga a um outro movimento de progresso para a situação da mulher. As educadoras eram mulheres que saíam do confinamento da esfera privada e se inseriam no espaço público adentrando lugares até então restritos ao sexo masculino. Numa conjuntura em que o destino das mulheres de classe média era o casamento e as atividades do lar, ter uma ocupação, extrapolar a restrição ao ambiente doméstico, ter uma relativa independência financeira, se constitui num franco avanço. Além, disso, algumas dessas mulheres eram bastante reconhecidas socialmente assumindo “posições que lhes [possibilitavam] subverter ou conciliar essas representações sociais, se engajando também como intelectuais (Galvêncio, 2019, p. 30). Convém salientar que estas perspectivas teóricas dão conta apenas de uma parcela das mulheres que coincide com as mulheres que aparecem nos impressos da época: brancas, de classe média ou alta, letradas, heterossexuais. Para a massa de mulheres que não se encaixam nesse arquétipo, trabalho fora do lar e carreira não seriam sinônimos de libertação.

Para pôr em prática esta pesquisa foi utilizada a metodologia de pesquisa documental sócio-histórica de Rodrigues e França (2010). O primeiro passo foi a definição precisa do objeto de trabalho, ou seja, educação, mulheres e educadoras paraibanas nos primeiros anos de regime militar, mais precisamente de 1964 até 1966. O segundo passo foi a identificação da fonte histórica. Foi escolhido o jornal oficial “A União”, utilizado de forma crítica tendo em vista a história do documento, a sua forma material, seu conteúdo, por quem foi escrito e com que propósito. O terceiro passo é caracterizar precisamente a fonte utilizada. No caso das notícias selecionadas se precisou a categoria, o número da edição, a data do jornal, página, título, autoria, assunto e o quadrante em que está localizada no periódico. O passo seguinte, o cuidado com os termos presentes nas fontes, não foi elemento problemático para a presente pesquisa. Visto que lida com a história do tempo presente, poucos termos levaram a necessidade de decifração. O último passo constitui um elemento essencial do objeto desse

estudo: levar em conta a fala de atores sociais subalternizados, fundamentalmente o que fazemos quando estudamos as mulheres.

A fonte utilizada permitiu tanto análises qualitativas, quanto quantitativas. O uso de um método de análise misto tornou possível explorar ao máximo o potencial dos documentos investigados. A análise quantitativa consistiu nos levantamentos numéricos da frequência de aparição de determinados elementos no conjunto dos periódicos levantados. Para examinar os discursos presentes nos impressos foi feita a análise qualitativa norteada pelas contribuições de Bardin (2011). Seguindo seu método foi possível deduzir o que havia por trás das comunicações, gerar hipóteses sobre condições de produção e recepção das mensagens e comparar enunciados que poderiam resultar em possíveis unificações.

A pesquisa se iniciou com a leitura e fichamento da bibliografia referente aos temas pesquisados, divididos em seis eixos temáticos: contribuições da Nova História Cultural, o uso de impressos como fonte histórica, gênero como categoria de análise histórica, gênero e educação, contextualização histórica do período e orientações metodológicas para pesquisa documental. Em seguida, passou-se a coleta de dados nos acervos que disponibilizam acesso ao periódico “A União”: A Fundação Casa de José Américo – FCJA e o Arquivo Histórico do Estado da Paraíba na Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC. Depois de selecionadas as notícias relacionadas ao objeto da pesquisa foi feita a catalogação das publicações como descrito no terceiro passo e dividindo as notícias por categorias pertinentes aos temas investigados. Após a catalogação da fonte documental primária foi feita a análise dessas publicações, baseadas no aporte teórico e contextualização histórica feitos inicialmente.

3. A Paraíba Durante o Golpe de 1964: uma breve contextualização histórica

As fontes catalogadas vão de 1964 até agosto de 1966. Nacionalmente, abarca os últimos momentos do governo de João Goulart, o processo de golpe civil-militar que ocorre em abril de 1964 e os primeiros anos de repressão. Sustentado por grande parte da população, o golpe civil-militar é realizado dando início a uma ditadura que só terminaria em abril de 1985. O regime ditatorial foi norteado pelo nacionalismo, anticomunismo, desenvolvimentismo, influência dos Estados Unidos e, sobretudo, pela repressão e violência.

A Paraíba passou pela mesma radicalização política que o país, e o então governador, Pedro Gondim, eleito com bases políticas conflitantes, teve os mesmos dilemas que Goulart diante da impossibilidade de políticas conciliatórias, mas fez uma opção diferente. A Paraíba

no início dos anos 1960 estava em franca efervescência política, sobretudo no campo das esquerdas. Era o estado que tinha a maior Liga Camponesa do Brasil, a Liga de Sapé. Além disso, contava com outras organizações progressistas mobilizadoras como a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e a União Estadual dos Estudantes da Paraíba (U.U.E.P).

Gondim tinha um histórico de relação dúbia⁴ com essas organizações, mas desde o evento conhecido como a chacina de Mari, ocorrido no início de 1964, o governador se volta completamente para o conservadorismo. A partir deste episódio, passa a repreender irrestritamente as forças de esquerda do estado. Dentre essas atitudes, convém salientar a demissão de 6 jornalistas de “A União” que participaram de um protesto contra udenistas no conflito da Faculdade de Direito⁵.

Mesmo não tendo papel no golpe e mostrando até certa indecisão inicial sobre sua adesão ou não ao novo regime, o alinhamento de Gondim à direita conservadora nos meses que o antecedem, a violência contra forças de esquerda urbanas e camponesas, o reforço do aparato policial e a troca do comando das chefias de segurança por udenistas e anticomunistas aguerridos, prepara o terreno para recepção “pacífica” do golpe no estado. As organizações opositoras já tinham passado por um pesado processo de repressão e desmobilização. Dessa forma, não foi difícil esmagar rapidamente as oposições que tinham sobrevivido até lá. A “Operação Limpeza” ecoou fortemente na Paraíba, as Ligas foram desmanteladas, seus líderes mais notáveis dados como “desaparecidos”, a CEPLAR teve sua sede invadida e documentos destruídos, membros da API foram presos, políticos cassados, entidades estudantis sofreram intervenção, estudantes e professores foram perseguidos, o reitor da Universidade Federal da Paraíba, Mário Moacir Porto, foi afastado e colocado em seu lugar um interventor militar.

Como periódico oficial do governo do estado, “A União” segue a adesão do governador ao novo regime e apoia o golpe, o noticiando como “Vitória da democracia” (A União, 05/04/64, p. 3), veiculando amplamente os movimentos de apoio à “revolução democrática” e operando no silenciamento de vozes dissidentes. A seguir será feita a análise

⁴ Para se ter uma ideia de como Gondim era uma figura política contraditória, seu mandato de Deputado Federal pelo partido situacionista foi cassado no ano de 1969 sob a acusação de ser “subversivo, ligado aos comunistas” e apoiador dos “vermelhos”. Para se aprofundar mais nas acusações consultar: Sobreira, D. S. B. (2018) Repressão ao parlamento: As cassações de mandatos dos arenistas paraibanos em 1969. *Faces de Clio*, 4 (8), 40-59.

⁵ Ocorrido em 3 de março de 1964, o conflito consistiu na ocupação da Faculdade de Direito por estudantes em protesto contra a visita do político udenista Carlos Lacerda à Paraíba. A chegada de grupos lacerdistas ao local, fez a manifestação tomar proporções violentas, só sendo dissipada com a interferência do Exército e Polícia Militar. Os estudantes sitiados pelo grupo foram levados presos para o DOPS e depois de interrogados, liberados.

quantitativa e qualitativa das fontes levantadas, dialogando com a contextualização histórica feita até então.

4. A Educação Paraibana nos Anos 1960

Toda fonte histórica tem seus pontos positivos e negativos em relação ao objeto que se pretende pesquisar. Indagar um impresso oficial a respeito da educação do estado tem suas limitações, a forma como os dados são mostrados são parciais, aspectos positivos são destacados em demasia, críticas podem ser suprimidas. Mas atento a estas armadilhas podemos ter um retrato aproximado do que foi a educação paraibana entre os anos de 1964 e 1966.

As publicações levantadas concordam indubitavelmente em um ponto: a gestão Gondim foi um governo que priorizou a educação, sobretudo o ensino secundário. No “Especial 3 anos de governo” (A União, 02/02/1964, p. 1) o periódico se dedicou a elencar os feitos do governo Pedro Gondim nos mais diversos âmbitos. A partir deste texto são veiculados os avanços dos três anos de governo Gondim na questão educacional.

O aprimoramento do magistério primário recebe destaque. Cursos de especialização foram oferecidos e, segundo o registro (mas sem dar números), foi elevado consideravelmente o número de professores em todo o estado. Bolsas de estudo possibilitaram o estado ofertar oportunidade de especialização nos grandes centros educacionais do país a 60 professoras, mostrando como essas mulheres educadoras tinham mais autonomia, circulavam e tinham uma mobilidade maior em relação a outras profissões femininas ou às donas de casa.

Dentre as 6 publicações analisadas a fundo a respeito da educação paraibana, apenas uma se refere a remuneração das educadoras. Em “Educação na Paraíba” (A União, 18/07/65, p. 3) ao descrever os avanços educacionais proporcionados pela gestão atual, menciona rapidamente a “condigna remuneração do magistério”. Além disso, nesses 2 anos e meio de periódicos analisados só foram encontradas mais duas notícias a este respeito, em “Professoras agradecem aumento” (A União, 19/03/65, p. 3) diretoras de grupos escolares da capital se reúnem com o governador para agradecer pelo aumento da função gratificada. Alguns meses depois, a nota “Gratificação a professores: mensagem do governador” (A União, 17/10/65, p. 1) informa que o governador dará entrada na Assembleia Legislativa com a atribuição de gratificação especial para o professor primário quando no “exercício do Magistério Oficial”.

Essas duas notícias tiveram certo destaque, a primeira é acompanhada de uma imagem das educadoras com o governador e localizada numa posição central na terceira página, a segunda fica na página de mais destaque, a primeira, mas ocupa pouco espaço e se localiza na parte inferior. Mesmo assim, este tema da remuneração do magistério é tratado com muita escassez para que se deduza que as educadoras eram bem remuneradas à época. As notas dizem respeito apenas a gratificação e não ao aumento do salário líquido, criticado duramente nos textos “Paridade” (A União, 18/06/1961, p. 4) e “O caso das professoras” (A União, 22/07/62, p. 6). As publicações que exaltavam os progressos educacionais no governo Gondim praticamente não abordaram a questão e não foi abordada pelos columnistas. Notícias de avanços promovidos pelo governo atual tendiam a se repetir bastante em “A União”, mas este não foi o caso. Permanece a dúvida a respeito da valorização salarial das educadoras no período trabalhado.

É destacado o tratamento do governo ao problema do analfabetismo a partir da criação de cursos de alfabetização em áreas de maior déficit escolar e a criação das SIREPAS, escolas radiofônicas para alfabetização de adultos. De acordo com o professor Raul Córdula em “A Educação na administração do governador Pedro Gondim” (A União, 14/07/64, p. 8 e 4):

Na realidade, o governador Pedro Gondim sentiu que o problema do Brasil é mais de alfabetização e cultura. Como homem de visão larga, compreendeu desde o início de sua atividade administrativa que a Democracia se desenvolverá e a si mesmo se garantirá dentro da ordem maior da instrução e da cultura dos povos. Um povo instruído é um povo eu vê melhor e mais facilidade terá na defesa da sua autonomia política.

Os sentidos de “democracia” e “autonomia política” eram bastante fluidos nos momentos iniciais da ditadura. Há a possibilidade de estarem fazendo menção a autonomia política no sentido conservador e anticomunista, em favor do golpe, mas também é possível que Córdula esteja falando de uma autonomia política real. Não foi possível encontrar informações sobre o autor do texto e suas afinidades políticas, mas Gondim efetivamente já esteve envolvido na criação e suporte de uma organização educacional que atuava na alfabetização da classe trabalhadora fazendo uso do método freireano, a Campanha de Educação Popular (CEPLAR). Essa passagem pode indicar um protesto ou apenas reforçar o regime vigente.

Voltando à “Secretaria de educação e cultura. Dinamismo, Trabalho, Abnegação” (A União, 02/02/1964, p. 1) no subtítulo “CONVÊNIO COM USAID SUDENE” o texto destaca:

O fato de maior realce no setor educacional em 1963 foi, sem dúvida, a assinatura do convênio educacional entre o Governo Estadual, Aliança, SUDENE e MEC, mediante o qual cerca de quase 3 bilhões de cruzeiros foram postos à disposição da SEC (...)

O convênio do governo federal com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) foi uma das questões que mais mobilizou o movimento estudantil nos primeiros anos de ditadura, gerando protestos acalourados. Segundo Ribeiro, “foram acordos de assessoria nas mais diversas áreas da educação como planejamento do ensino, aperfeiçoamento do ensino primário, médio e superior, como também do quadro de professores, entre outros. (2017, p. 31) Esses acordos foram recebidos com desconfiança, a intervenção de um país estrangeiros nos assuntos educacionais nacionais permitem entrever a relação promíscua que existia entre regime militar e Estados Unidos e foram noticiados por “A União” em outras ocasiões destacando apenas seu aspecto positivo.

O ponto principal do governo na questão educacional é o tratamento dado ao ensino secundário. Sempre em destaque nos editoriais sobre educação, o texto “Educação Secundária” (A União, 04/11/65, p. 3) nos dá a informação mais atualizada sobre o tema. A publicação reforça a construção de 12 Colégios e Ginásios Estaduais criados e instalados durante a gestão Gondim. E ainda destaca as seções de bairros, perfazendo 17 estabelecimentos postos a funcionar numa única administração, contra três, desde a fundação da Paraíba até 1957.

Neste mesmo editorial é destacado o número de matrículas nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário na Paraíba que foi de 2.095 alunos, em 1956, para 10.635 no ano de 1965. Scocuglia (2002) confirma esse crescimento do ensino secundário no estado na década de 1960. Em sua pesquisa que visa o recorte de 1961-1970 a taxa de atendimento do ensino médio registra um aumento de 204,08%.

Em “Ginásio orientado para o trabalho”, já sob governo de João Agripino, sucessor político de Gondim, fica clara a influencia da ideologia desenvolvimentista do regime militar na condução das políticas educacionais do estado.

De *acôrdo* com a Cláusula sétima do Têrmo de Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e os Governos dos Estados, parte dos recursos financeiros previstos para o ensino de grau médio deverá ser aplicada para construção, conclusão e equipamento de ginásios orientados no sentido da educação para o trabalho através de cursos comuns, com opção para prática do comércio, indústria, agricultura e educação doméstica.

Ainda segundo o texto, a educação ginásial deve proporcionar a “compreensão adequada dos novos *valôres* introduzidos na sociedade contemporânea pelo desenvolvimento e pela expansão da indústria, da automação e das organizações empresariais.” (A União, 17/04/66, p. 3). O ensino secundário cresce, mas ao mesmo tempo se volta para uma educação de forte teor tecnicista, deixando de lado as perspectivas educacionais de formar um cidadão autônomo que reflita criticamente sobre o mundo ao redor, focando exclusivamente na formação para o mundo do trabalho. Característica que se aprofunda ainda mais com as legislações educacionais de fins da década de 1960 e início de 1970.

5. Mulheres nos Periódicos: representações majoritárias e discursos contestadores

A investigação a respeito da mulher em “A União” se dará em duas linhas: quantitativa, buscando analisar a presença feminina nas publicações, o espaços que apareciam e a frequência com que se manifestavam, e qualitativa, examinando discursos presentes no periódico, estruturantes da “percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social”⁶.

Nos 2 anos e 8 meses pesquisados, 40 mulheres escrevem em “A União”, a maior parte delas apenas uma vez, outras reaparecem esporadicamente. Predominavam as poesias⁷, que falavam de amor, da natureza e homenageavam grandes personalidades. Alguns textos em prosa falavam de temas gerais como acontecimentos sociais, receitas, viagens e homenagens. O espaço em que as mulheres discutiam, ainda que raramente, temas sociais e políticos com marcado teor progressista e crítico, o suplemento “Paraíba Universitária”, desaparece do periódico no ano do golpe.

Segundo Martins (1977) entre os 15 colaboradores fixos do periódico apenas uma era mulher, Germana Vidal. Majoritariamente, Vidal escrevia crônicas diárias leves sobre temas gerais da sua realidade, problemas com empregadas domésticas, visões a respeito do homem ideal, lembranças da sua infância e amor conjugal. Abordava os temas com humor e certa erudição e chegou a fazer uma longa reportagem em defesa da CEPLAR, no início da década. Em 1965 passa a ter uma coluna diária de análise literária. Vidal será lembrada como uma figura importante que circulou nos espaços da sociedade letrada da época.

⁶Scott, J. W. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.

⁷A maior parte dos escritos de mulheres aparecem no suplemento literário “Caminho das Artes”, no entanto, os homens ainda predominam neste espaço. A porcentagem de textos de autoria feminina em relação à masculina no suplemento varia entre 5% e 20%.

Na publicação “Jornalistas profissionais e militantes” (A União, 31/05/64, p. 6) é possível notar que mais mulheres estavam por trás da escrita do periódico, não sendo possível concluir o número exato de mulheres que participavam da produção cotidiana de “A União”. A notícia diz respeito a divulgação da relação dos seus empregados jornalistas profissionais e militantes de acordo com as demandas da portaria nº 40, de 14 de maio de 1964⁸, nessa relação de 23 jornalistas citados, apenas 2 são mulheres, uma redatora e uma revisora.

A presença feminina era fixa em três espaços, nos escritos diários de Germana Vidal, na coluna social e na “Coluna Feminina” que surge em dezembro de 1965. Assinado por um homem, “Notícias Sociais” trazia muitas imagens e notas sobre as mocinhas e senhoras da sociedade paraibana, aniversários, bailes, casamentos, chás beneficentes eram espaços que as mulheres protagonizavam. Os concursos de beleza eram abundantes, boa parte dos eventos sociais de relevo elegeria sua “rainha”.

A obsessão com a beleza feminina se traduz na forma como elas apareciam nas imagens presentes no impresso, na maior parte das vezes em fotografias próximas do rosto, sozinhas, enquanto homens geralmente apareciam de longe e quase sempre em grupo. A “Coluna Feminina”, assinada por uma mulher, trazia temas considerados femininos: filhos, cônjuges, moda, culinária e saúde.

Movimentos femininos de cunho conservador tiveram uma relevante aparição nos impressos pesquisados. Além das diversas menções a organizações de outros estados, foi possível constatar duas agremiações no contexto paraibano. Organizador da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o Movimento de Arregimentação Feminina do Estado da Paraíba (MAFEP) publicou nota (A União, 05/04/64, p. 4) em “A União” convocando a população para comemorar a vitória democrática. Segundo Sobreira (2017) o evento mobilizou mais de vinte mil pessoas.

Outro movimento é o Comitê Nacional de Correspondência, que anuncia a fundação de uma sucursal paraibana (A União, 11/06/66, p. 8) sob a direção da esposa do reitor interventor. A organização nacional era filiada ao Comitê Internacional de Correspondência, criado na década de 1950 nos Estados Unidos, seus objetivos eram mobilizar as mulheres em

⁸Segundo Santana, a portaria nº 40 “buscava limitar os acessos às direções dos órgãos sindicais, por indivíduos alheios à vontade do governo. Ela instruíra os interventores a iniciar processos contra as direções depostas pelo golpe, por supostas irregularidades, impedindo-os, pelo exposto na portaria, de tentarem retornar ao sindicato via eleição” (p. 283). Santana, M. A. (2008) Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política e Sociedade*, 7 (13), 40-59.

torno do combate ao comunismo e promover “valores democráticos norte-americanos” em países estrangeiros.

Mesmo diante do conservadorismo, exacerbado com o advento do golpe, o teor dos discursos sobre a mulher evidenciava a presença de uma “discussão ideológica em grande escala” a respeito da restrição da atuação feminina na sociedade. Em “Sem que” (A União, 15/03/66, p. 5) João de Campina escreve uma epístola a um amigo que “vive completamente afastado da atuação decisiva da mulher no mundo intelectual”, afirma que “*nos tempos idos*, a mulher era uma escrava dos deveres domésticos” e recomenda ao colega abrir os olhos para as contribuições femininas para a cultura nacional.

Uma longa reportagem escrita por um (ou uma) correspondente de Londres intitulada “A mulher britânica conquista cada vez mais direitos” (A União, 20/11/65, p. 6) aborda os avanços do sexo feminino na Inglaterra a partir da análise de sua ocupação em cargos de poder, nos sindicatos, em profissões ditas masculinas e seu engajamento em organizações pelos direitos femininos. Mesmo não tendo sido produzida no contexto local, a mera presença da publicação no impresso paraibano faz com que as questões abordadas de exaltação a penetração feminina nos mais diversos espaços da sociedade reverberem nas mentes dos leitores e leitoras.

Ainda neste sentido, em resenha literária do livro “Cantigas de acordar mulher”, Germana Vidal elogia a sua temática “contraposta à coisificação da mulher e a consequente alienação de sua liberdade” (A União, 21/07/65, p. 6). Convém destacar que a escolha desta obra para análise e indicação pode exceder a mera crítica da situação da mulher. O livro em questão foi escrito em 1964 pelo poeta socialista Geir Santos e tem passagens nitidamente críticas ao regime⁹, considerando o histórico de Vidal de apoio a CEPLAR é possível que esta tenha sido uma escolha consciente, uma crítica velada.

Em outra ocasião, Vidal destaca o “decálogo” do que é ser mulher segundo Carmen da Silva, uma das principais responsáveis por introduzir o feminismo na imprensa brasileira da década de 1960. Logo de início, a cronista afirma que “não cola essa história (...) de sexo frágil, de mulher não dar palpites e ter xiliques com *mêdo* de barata” (A União, 06/05/66, p. 5). O teor do texto gira em torno da busca de protagonismo da mulher na própria vida e

⁹ Numa das passagens mais conhecidas do livro, a 8ª Cantiga de Acordar Mulher, Santos escreve: “Vozes da esquerda, surdas,/ e vozes da direita, afinadíssimas,/hã de louvar-te a arte/de ser mulher:/mansa como uma ovelha,/jeitosa como uma gata de luxo,/dócil e generosa como uma árvore/a se multiplicar em sombra e frutos,/como uma estátua impassível,/hábil de acordo com as conveniências,/e acima disso/crente em ser esse o teu ideal de vida.../Acorda: pois foi essa/a sorte que escolheste?” O texto tem, possivelmente, o intuito de chamar atenção para os retrocessos que as mulheres enfrentariam com o poder político nas mãos do conservadorismo.

representa um avanço ainda que com suas limitações, a medida que destacam em demasia o papel da mulher como mãe e esposa. Em comparação com as crônicas de Vidal do início da década de 1960, os textos da cronista amadureceram bastante ao lidar com a questão da mulher.

Em geral, as mulheres eram sub-representadas em “A União”, apareciam em poucos espaços e nos que se faziam presentes cotidianamente, eram marcadas pelos estereótipos limitantes impostos ao feminino. Mesmo assim, o teor dos discursos sobre mulheres presentes nos impressos pesquisados, dos mais conservadores aos mais críticos, apontam a existência de um debate de fundo relativo a resistência a estas limitações. Agem, mesmo que sem saber, na construção de uma nova visão de mulher. Esporadicamente era possível constatar a presença de mulheres em funções ditas masculinas, na medicina, política, direito, em funções administrativas. Atividades ligadas à educação eram a principal função a partir da qual as mulheres eram reconhecidas socialmente. As educadoras apareciam frequentemente em “A União”, a seguir examinaremos sua presença no periódico.

6. “O Gênero da Docência”: educadoras em A União

No período pesquisado, de 1964 até agosto de 1966, se registrou a presença de 32 educadoras. Dentre estas, 6 aparecem mais de três vezes, dentre estas Jandira Pinto e Daura Santiago Rangel, presenças constantes em “A União”. Jandira, diretora da Escola Correccional “Pindobal” e do Departamento de Serviço Social e posteriormente Presidente do Montépico do Estado da Paraíba, aparece 17 vezes. Homenagens, notícias, comemorações de aniversário, reuniões com figuras políticas importantes eram o teor das publicações que envolviam esta mulher influente na sociedade paraibana. O caso se repetia com a diretora do Lyceu Paraibano, Daura Santiago Rangel que aparece 22 vezes no período pesquisado.

As contribuições de Galvêncio (2017, p. 30) são essenciais para compreender a complexidade da figura das educadoras. São com efeito “mulheres imbricadas num processo social múltiplo”, ao mesmo tempo que eram “submetidas às práticas de poder que prescreveram os modos de comportamento aceitos socialmente, como, por exemplo, a maternidade, a bondade, o cuidado, a obediência”, as atividades ligadas a educação eram um espaço fértil para as mulheres se colocarem no espaço público e ascenderem socialmente, podendo “subverter ou conciliar essas representações sociais”.

Estas pretensas características da mulher-educadora podem ser observadas em diversos discursos a respeito das mestras em “A União”. No texto “*Governo* que se preocupa

em criar escolas se imortaliza” a Professora Maria Auxiliadora de Carvalho Guedes lembra nostalgicamente das suas professoras e afirma sentir falta de “vosso regaço materno (...) transmitindo força, doçura, compreensão e amor.”. As educadoras eram “naturalmente” maternas, assim como Jandira Pinto era “mãe dos pobres” e Daura Santiago era “mamãe Daura”. Guedes ainda afirma que “cada mestra era um exemplo vivo de virtudes” (A União, 12/05/65, p. 7 e 8).

A educadora ideal, exemplo de virtudes, virtudes do ser feminino, deve ser doce, maternal, amorosa, devotada aos alunos assim como as mulheres devem ser devotas do lar, marido e filhos “pois quem trabalha por amor, por convicção, por idealismo, não concebe outro expediente senão o das 24 horas. Tempo integral, absoluto, total.” (A União, 19/04/1966, p. 5) como diria Germana Vidal sobre Jandira Pinto. Lembremos que a ideologia do “trabalho por amor” é essencial para não remuneração ou baixa remuneração do trabalho feminino.

Segundo Dauphin (como citado em Louro, 2003) os novos ofícios abertos às mulheres “levarão a dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício” (p. 97). Como as mulheres, a educadora ideal também deve ser humilde. Mesmo a grande Olivina Olívia, educadora multifacetada, mestra das instituições de ensino mais relevantes do estado da Paraíba, poetisa, fundadora da Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino e sócia do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, fala de seus alunos, “dos que põem em relevo o pouco que ensinei, pela minha incapacidade intelectual” (A União, 15/10/65, p. 3).

Mesmo diante desses estereótipos limitantes, algumas educadoras se destacavam. Eram personalidades importantes, homenageadas, premiadas, não eram só “dóceis professorinhas”, mas figuras de poder. Em uma crônica, Germana Vidal fala sobre uma grande família, a maioria dos filhos eram estudantes do Lyceu, o caçula sempre ouvia falar de D. Daura, um dia perguntado sobre o que queria ser quando crescesse o menino “resoluto, decidido, em voz alta, não se faz esperar: ‘Eu? Eu quero ser D. Daura. E mais nada’” (A União, 06/11/64, p.6). O texto evidencia o valor simbólico dessas educadoras de destaque para a valorização da figura feminina numa sociedade ainda marcada fortemente pelo machismo.

A importância de Daura Santiago pode ser constatada através da greve de alunos em razão da exoneração da diretora no ano de 1966, acontecimento bastante curioso. Na notícia em destaque na última página fala-se das razões do fim da greve “tanto mais porque à determinação de petardos de alto teor explosivo no interior do Lyceu, somava-se a iminente

publicação em *têrmos* comunistas”. Em nota na mesma página, o comando grevista anunciava a sua dissolução “em face dos últimos acontecimentos que tiveram a participação irrefutável de elementos estranhos aos nossos ideais e propósitos sem nenhuma ligação com o nosso Educandário” (A União, 17/03/66, p. 8).

Não foi falado o que levou a exoneração da educadora que desaguou no protesto dos estudantes. Talvez um texto escrito por Daura em setembro de 1965 nos aponte uma possível razão. Na publicação “Colégio Estadual de João Pessoa: restaurando a verdade” (A União, 21/09/65, p.3) a respeito de uma passeata promovida por estudantes do Lyceu, a Diretora, de forma preocupada, afirma não ter nenhuma responsabilidade no movimento. Diz ter contactado a delegacia e o coronel logo que soube da movimentação, se dirigido a uma emissora de rádio para reiterar que o movimento não se tratava de uma promoção do Colégio Estadual e punido os estudantes envolvidos.

Isto demonstra o clima de repressão que pairava desde os primeiros anos de ditadura. A exoneração de Rangel pode ter partido da análise de autoridades locais de que a educadora não estava sendo capaz de repreender apropriadamente os movimentos estudantis, ou talvez até tivesse alguma afinidade com eles. No seu lugar foi colocado o professor Manuel Viana. A explosão de duas bombas nas dependências do Colégio pode ter partido de infiltrados com vistas a deslegitimar e pôr termo ao movimento e junto com a nova diretoria, desmobilizar ainda mais os estudantes da instituição. São hipóteses, o assunto não é mais tocado no periódico e a censura a “temas delicados” já se constituía numa prática corrente.

Educadoras eram figuras bastante presentes em “A União”. Apareciam em reuniões com figuras políticas importantes e eram citadas constantemente, sendo frequentemente objetos de crônicas e homenagens. Eram também autoras de textos veiculados no periódico, cumprindo o papel de intelectuais mediadoras e fazendo circular suas ideias. No período investigado, a educação se constituiu no principal espaço que as mulheres encontraram para se alçar no espaço público e terem sua importância reconhecida.

7. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo correlacionar educação, mulheres e educadoras na Paraíba entre os anos de 1964 e 1966 através do jornal oficial “A União”. O cenário educacional paraibano foi analisado, chegando à conclusão de que o ensino secundário sofreu uma grande expansão na década de 1960, mas ganhando cada vez mais contornos de uma educação de teor tecnicista. A presença das mulheres no periódico ainda estava limitada aos

espaços tradicionais ligados às representações de gênero hegemônicas de esposa, mãe e ornamento. Mesmo assim, os discursos sobre mulheres começavam a dialogar com um debate em grande escala que questionava essas visões limitantes do feminino.

A sub-representação do feminino fora de espaços “tradicionais” das mulheres era quebrada pela figura da educadora. Presença constante nos periódicos, eram mulheres que escapavam do confinamento do lar e que adentravam ao espaço público. Algumas delas sendo reconhecidas na sociedade como figuras de poder, mas mesmo estas não escapam do peso dos papéis de gênero que demandavam dessas mulheres qualidades “femininas” ligadas a maternidade e cuidado. Nos mais diversos momentos da análise dos resultados foi possível observar a ação (e repressão) do regime militar.

Acredita-se que este trabalho pode enriquecer os debates sobre a educação paraibana nos anos 1960, contribuir com a reconstituição da presença feminina na história, colocando em evidência o caráter contingente das representações de gênero e trazer luz a importância das educadoras para a sociedade paraibana da época.

Referências

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Chartier, R. (1988). *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora.

Louro, G. L. (2003). *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Martins, E. (1977). *A União: Jornal e História da Paraíba sua evolução gráfica e editorial*. João Pessoa: A União.

Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto.

Rodrigues, D. S., & França, M. P. S. (2010). A pesquisa documental sócio histórica. In: Marcondes, M. I., & Teixeira, E., & Oliveira, I. A. (Orgs.) *Metodologias e técnicas de pesquisa em educação*, 55-74. Belém: EDUEPA.

Scocuglia, A. C. (2002). Liceu paraibano (1961-70). In: *Anais, II Congresso Brasileiro de História da Educação*. 1, 1-14, Natal. Recuperado de <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/7131.pdf>

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.

Sobreira, D. S. B. (2018). Repressão ao parlamento: As cassações de mandatos dos arenistas paraibanos em 1969. *Faces de Clio*, 4 (8), 40-59.

Souza, E. F. (2009). A imprensa como fontes para pesquisa em História e Educação. In: *VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas*. 1-21. Campinas/SP. Recuperado de http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/LGXIXSF7.pdf

Vianna, C. P. (2002). O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, (17-18), 81-103.

Zicman, R. B. (1985). História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, 4, 89-102.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Piêtra Germana Carvalho de Andrade Porpino – 51%

Charliton José dos Santos Machado – 49%